

PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL (980780)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 590.600,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/06/2026 às 10:00H (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO por GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DO TERMO DE CONTRATO	15
10. DOS RECURSOS	16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

EDITAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026.**

Processo Administrativo nº 1225/2026

Torna-se público que o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E HABITAÇÃO**, por meio do(a) da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, sediada na Rua Hilário Ettore, nº 442, Centro, Porto Real, RJ, CEP 27.570-000 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal 3026 de 08 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto possui natureza e complexidade compatíveis com a execução por empresas individualmente consideradas, existindo no mercado número suficiente de empresas capacitadas a atender integralmente às exigências técnicas e econômico-financeiras do certame, de modo que a admissão de consórcios poderia restringir a competitividade e dificultar a gestão e fiscalização contratual.;*
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item **2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3**, **4.6** ou **4.8** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo,

por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. **Em caso de existência de divergência entre as especificações do objeto descrito no Sistema do Compras.gov.br e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.**

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$10,00 (dez reais).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Foi adotado na presente licitação o modo de disputa “aberto”, portanto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 *empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;*

6.21.2 empresas brasileiras;

6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item **3.10** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. **Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados da formação de custos ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.**

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, **as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários**, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com **detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES)**, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no **cronograma físico-financeiro** e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou autenticada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **8.12.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02(duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.12.1**.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no

prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens **9.2** e **9.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens **11.1.1**, **11.1.2** e **11.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens **11.1.4**, **11.1.5**, **11.1.6**, **11.1.7**, **11.1.8** e **11.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **11.1.1**, **11.1.2**, **11.1.3** e **11.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **11.1.5**, **11.1.6**, **11.1.7**, **11.1.8** e **11.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **11.1.1**, **11.1.2**, **11.1.3** e **11.1.4** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **11.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **pmprlicitacao2021@outlook.com**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/#/--ix4psc-l2BXubJUNl5UA==>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 *Anexo II – Minuta do Termo de Contrato;*

Porto real, 15 de junho de 2026

Letícia Klotz de Almeida

Secretária Municipal de Licitações, Compras e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL - RJ

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	980780-PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL - RJ	REINALDO EZEQUIEL DA SILVA	09/06/2026 15:32 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		1225/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. Contratação de serviços contínuos de prestação de serviços funerários completos, sob demanda, incluindo fornecimento de urnas, preparação do corpo, ornamentação, velório e translado, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, no âmbito da concessão de benefícios eventuais do SUAS, destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Porto Real/RJ, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1.1. Integra o presente Termo de Referência o ANEXO I – Planilha de Composição de Custos, no qual estão detalhados os custos unitários dos serviços funerários que compõem a solução contratada, incluindo seus respectivos insumos e componentes, servindo como base para a formação dos preços e para a apuração do valor global estimado da contratação.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços funerários completos, sob demanda, incluindo fornecimento de urnas mortuárias (adulta, infantil e especial), preparação do corpo, ornamentação, realização de velório e translado.	4170	Serviço	01	R\$ 590.600,20	R\$ 590.600,20

1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente ofertados por diversos fornecedores, sem a necessidade de soluções técnicas inovadoras ou de alta complexidade.

1.2.1. A prestação de serviços funerários, embora envolva múltiplos componentes, tais como fornecimento de urnas, preparação do corpo, ornamentação, velório e translado, apresenta características padronizadas e passíveis de comparação objetiva entre propostas, não se enquadrando como serviço especial.

1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que se destina ao atendimento de necessidade permanente da Administração Pública, relacionada à concessão de benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja demanda ocorre de forma recorrente e imprevisível ao longo do tempo, não se exaurindo em uma única execução.

1.3.2. A prestação dos serviços funerários, ainda que realizada sob demanda, exige disponibilidade contínua da contratada para atendimento imediato das solicitações da Administração, de modo a assegurar a dignidade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, o que caracteriza a natureza continuada da contratação.

1.3.3. Nesse contexto, a vigência plurianual mostra-se mais vantajosa para a Administração, por possibilitar maior eficiência na gestão contratual, continuidade na prestação dos serviços e economicidade, evitando a necessidade de contratações recorrentes em curtos intervalos de tempo.

1.4. Prazo de vigência

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. As prorrogações deverão ser devidamente justificadas quanto à vantajosidade para a Administração, com a comprovação da manutenção das condições de habilitação pela contratada e da adequada execução contratual.

1.4.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, elaborado em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133 /2021, bem como com as disposições das Instruções Normativas SEGES/ME nº 58/2022 e nº 81/2022.

2.2. O objeto da contratação consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários completos, sob demanda, incluindo fornecimento de urnas, preparação do corpo, ornamentação, velório e translado, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação do Município de Porto Real/RJ.

2.3. A presente contratação visa assegurar a concessão de benefícios eventuais previstos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente no que se refere ao auxílio-funeral, garantindo atendimento digno e humanizado às famílias em situação de vulnerabilidade social.

2.4. A necessidade decorre da obrigação do Poder Público de prover assistência social aos cidadãos em situação de risco e vulnerabilidade, nos termos da legislação vigente, sendo os serviços funerários essenciais para assegurar o amparo imediato às famílias no momento do óbito, evitando desassistência e assegurando o respeito à dignidade da pessoa humana.

2.5. A demanda possui caráter contínuo e imprevisível, uma vez que está diretamente relacionada a eventos não programáveis, exigindo da Administração a disponibilidade permanente de solução contratual apta a atender prontamente às solicitações, de forma eficiente e adequada.

2.6. Embora o Município ainda não tenha implantado formalmente o Plano de Contratações Anual (PCA), a presente contratação encontra-se devidamente respaldada na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), especialmente no que tange à garantia da proteção social básica e especial.

2.7. Ressalta-se que a contratação sob demanda mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos da economicidade, eficiência e interesse público, permitindo a execução dos serviços conforme a necessidade real da Administração, evitando desperdícios e otimizando a aplicação dos recursos públicos.

2.8. Dessa forma, evidencia-se que a contratação proposta encontra-se devidamente fundamentada, alinhada ao planejamento institucional e em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e dignidade da pessoa humana, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários completos, sob demanda, compreendendo todas as etapas necessárias ao adequado atendimento das ocorrências, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento de urnas funerárias, preparação e higienização do corpo, ornamentação, disponibilização de estrutura para velório e realização de traslado, conforme a necessidade da Administração.

3.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e imediata, mediante acionamento da contratada pela Administração, considerando o caráter urgente e imprevisível das demandas, garantindo atendimento digno, célere e adequado às famílias em situação de vulnerabilidade social.

3.4. A solução contempla todas as fases do ciclo de vida do objeto, abrangendo o fornecimento dos insumos necessários, a prestação dos serviços especializados, a utilização de materiais adequados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, bem como a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, quando aplicável.

3.5. No que se refere aos aspectos de sustentabilidade, a contratada deverá observar, no que couber, boas práticas ambientais, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos, utilização de materiais que atendam às normas técnicas e sanitárias, bem como à redução de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

3.6. A solução adotada prioriza a economicidade e a eficiência administrativa, considerando a contratação sob demanda, o que evita a aquisição ou disponibilização desnecessária de bens e serviços, permitindo o pagamento apenas pelos serviços efetivamente prestados.

3.7. Os serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade, segurança, dignidade e respeito, compatíveis com a natureza do objeto, bem como atender às normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à vigilância sanitária e aos serviços funerários, quando existentes.

3.8. Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, sendo capaz de atender integralmente à necessidade da Administração, com observância aos princípios da eficiência, economicidade e dignidade da pessoa humana.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá adotar práticas de gestão ambiental adequadas durante a execução dos serviços, especialmente quanto à correta destinação dos resíduos gerados, observando as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como as normas sanitárias e ambientais aplicáveis aos serviços funerários;

4.1.2. Os materiais utilizados na prestação dos serviços, incluindo urnas funerárias e insumos correlatos, deverão, sempre que possível, possuir origem regular e atender a critérios de sustentabilidade, priorizando produtos que apresentem menor impacto ambiental, tais como madeira de reflorestamento, materiais recicláveis ou de menor agressividade ao meio ambiente, mediante comprovação por documentação do fabricante, certificações ou declarações equivalentes;

4.1.3. A contratada deverá adotar medidas que promovam a redução de desperdícios e o uso racional de recursos, inclusive no transporte e logística dos serviços, buscando a otimização de rotas e a redução da emissão de poluentes;

4.1.4. Deverão ser observadas, no que couber, práticas que assegurem condições adequadas de saúde e segurança do trabalho aos profissionais envolvidos na execução dos serviços, em conformidade com as normas regulamentadoras aplicáveis;

4.1.5. A comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ser exigida pela Administração por meio de documentos, certificados, declarações do fabricante ou outros meios idôneos, a serem apresentados sempre que solicitados pela fiscalização do contrato.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, considerando que o objeto pode ser adequadamente descrito por meio de especificações técnicas suficientes para garantir a qualidade, o desempenho e a padronização dos serviços a serem prestados, não havendo necessidade de vinculação a fabricante ou marca determinada.

4.2.2. Os bens eventualmente fornecidos no âmbito da execução contratual, tais como urnas funerárias e demais insumos, deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que comprovado o atendimento aos requisitos exigidos pela Administração.

4.2.3. A vedação à indicação de marcas específicas visa assegurar a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica, à presente contratação, a vedação de utilização de marcas ou produtos específicos na execução do serviço, tendo em vista a inexistência de processo administrativo prévio que comprove que determinados produtos ou marcas não atendam aos requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual, nos termos do art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1. Os materiais e insumos utilizados na execução dos serviços deverão, contudo, atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à contratada garantir a qualidade, adequação e conformidade dos produtos empregados.

4.3.2. Caso, durante a execução contratual, seja constatado que determinado produto ou material não atende aos padrões exigidos pela Administração, este poderá ser rejeitado pela fiscalização, devendo a contratada promover sua imediata substituição, sem ônus adicional.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1. Não será exigida, na presente contratação, carta de solidariedade emitida por fabricante, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços funerários completos, sob demanda, não havendo complexidade técnica ou dependência de fornecimento exclusivo que justifique tal exigência.

4.4.2. A eventual inclusão de carta de solidariedade, além de não se mostrar necessária para a adequada execução do objeto, poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, em desacordo com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.4.3. A responsabilidade pela plena execução contratual permanecerá integralmente atribuída à contratada, que deverá garantir a qualidade dos serviços prestados e dos insumos utilizados, independentemente de sua origem ou fabricante.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da natureza dos serviços a serem prestados, que demandam atuação direta, contínua e integrada da contratada, especialmente quanto ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, à organização dos serviços funerários e à responsabilidade integral pela execução.

4.5.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se na necessidade de garantir a padronização, a qualidade, a celeridade e a adequada prestação dos serviços, considerando o caráter sensível e imediato das demandas relacionadas à concessão de benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

4.5.3. A execução integral do objeto por única contratada visa assegurar a rastreabilidade das atividades, a responsabilização direta e a mitigação de riscos operacionais, evitando descontinuidade, falhas na prestação ou prejuízos aos usuários do serviço público.

4.5.4. Nos termos do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a presente vedação consta expressamente neste Termo de Referência e deverá ser observada durante toda a execução contratual.

4.5.5. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução de todas as obrigações contratuais, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a transferência total ou parcial das responsabilidades assumidas.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão das características do objeto e da forma de execução contratual.

4.6.2. A presente contratação refere-se à prestação de serviços funerários sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com pagamentos condicionados à efetiva execução dos serviços, o que reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual.

4.6.3. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente considerando o perfil do mercado fornecedor, sem que houvesse ganho proporcional na mitigação de riscos para a Administração.

4.6.4. Ressalta-se que a execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, com previsão de aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações, o que se mostra suficiente para resguardar o interesse público.

4.7. Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.7.1. Considerando a natureza do objeto, bem como a forma de execução sob demanda, entende-se que as informações constantes neste Termo de Referência são suficientes para a elaboração das propostas, não sendo exigida vistoria prévia.

4.7.2. A ausência de vistoria não exime a contratada da responsabilidade pelo pleno conhecimento das condições necessárias à execução do objeto, devendo considerar, em sua proposta, todos os custos e variáveis envolvidos na prestação dos serviços.

4.8. Instalação de Estabelecimento para Atendimento e Execução dos Serviços

4.8.1. Em razão da natureza dos serviços funerários objeto da contratação, que demandam atendimento imediato às famílias beneficiárias, recepção de usuários, realização de procedimentos administrativos, preparação de corpos, disponibilização de local para velório e demais atividades correlatas, a contratada deverá manter estabelecimento operacional no Município de Porto Real/RJ durante toda a vigência contratual.

4.8.2. Para fins de participação no certame, não será exigida a prévia instalação de sede, filial ou escritório no Município de Porto Real /RJ, devendo o licitante apresentar declaração formal comprometendo-se a instalar e manter estabelecimento operacional no Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato.

4.8.3. O estabelecimento deverá possuir estrutura adequada para atendimento ao público, recepção dos familiares, realização dos procedimentos administrativos relacionados à execução contratual e operacionalização dos serviços funerários contratados.

4.8.4. A contratada deverá disponibilizar, no Município de Porto Real/RJ, capela ou espaço apropriado para realização dos velórios, em condições adequadas de utilização, higiene, conforto, ventilação, iluminação, acessibilidade e segurança, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

4.8.5. A capela ou espaço destinado à realização dos velórios deverá permanecer disponível para utilização sempre que houver solicitação da Administração decorrente da concessão do benefício eventual de auxílio-funeral, garantindo atendimento digno às famílias beneficiárias.

4.8.6. A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a execução do objeto, incluindo recursos humanos, equipamentos, veículos e meios logísticos necessários para garantir o atendimento das demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação.

4.8.7. O descumprimento da obrigação de instalação e manutenção do estabelecimento operacional e da disponibilização da estrutura necessária para realização dos velórios sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

4.9. Margem de Preferência

4.9.1. O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência normal ou adicional, não havendo, até a presente data, ato normativo vigente que estabeleça tal benefício para serviços da natureza pretendida, nos termos do Decreto nº 11.890/2024.

4.9.2. Dessa forma, não será aplicada margem de preferência no presente certame, em razão da inexistência de regulamentação específica expedida pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS aplicável ao objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço, devendo a contratada manter-se permanentemente apta ao atendimento das demandas desde a formalização da contratação.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a)** A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, em decorrência da concessão de benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- b)** A contratada deverá assegurar atendimento contínuo e ininterrupto, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, considerando a natureza essencial e imprevisível dos serviços;
- c)** Após o acionamento, a contratada deverá adotar, com a máxima brevidade, todas as providências necessárias à execução integral dos serviços, observando critérios de eficiência, celeridade e respeito à dignidade da pessoa humana;
- d)** Os serviços funerários compreendem, no mínimo:
 - fornecimento de urnas funerárias adequadas, em conformidade com os padrões de qualidade e higiene exigidos;
 - preparação do corpo, em observância às normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis;
 - ornamentação básica, compatível com a natureza do serviço;
 - disponibilização de estrutura para realização de velório, quando aplicável;
 - realização de traslado, mediante utilização de veículos apropriados e devidamente regularizados;
- e)** A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação sanitária vigente, normas técnicas pertinentes e demais regulamentações aplicáveis à atividade;
- f)** A contratada será responsável pelo fornecimento de toda a mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, veículos e demais recursos necessários à execução dos serviços, não sendo admitida a transferência de responsabilidade à Administração;
- g)** Os profissionais envolvidos deverão possuir qualificação compatível com as atividades desempenhadas, devendo a contratada assegurar conduta ética, atendimento humanizado e respeito aos usuários;
- h)** A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, integrada e adequada, desde o acionamento até a finalização, garantindo a plena satisfação do interesse público.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: não se aplica cronograma fixo, em razão da natureza sob demanda da contratação, sendo os serviços executados conforme necessidade da Administração.

5.1.4. Etapas da execução:

- a)** Acionamento pela Administração, com fornecimento das informações necessárias à execução do serviço;
- b)** Confirmação do recebimento da demanda pela contratada e adoção das providências iniciais;
- c)** Execução integral dos serviços funerários solicitados;
- d)** Finalização do atendimento e disponibilização das informações necessárias à fiscalização e ao controle contratual.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados no âmbito do Município de Porto Real/RJ, em locais a serem definidos conforme a demanda, podendo envolver unidades públicas, residências, hospitais, unidades de saúde, institutos médico-legais, cemitérios e outros locais pertinentes à execução dos serviços funerários.

5.2.2. Os serviços serão prestados em regime de disponibilidade integral, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, devendo a contratada garantir pronto atendimento sempre que acionada pela Administração.

5.3. Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- a)** Recebimento das solicitações por meio de canal oficial disponibilizado pela Administração;
- b)** Registro e controle das demandas recebidas, com identificação do solicitante e das informações essenciais à execução;
- c)** Mobilização imediata da equipe e dos recursos necessários;
- d)** Execução dos serviços conforme as especificações técnicas e normativas aplicáveis;
- e)** Garantia de atendimento humanizado e respeito às famílias atendidas;

f) Comunicação contínua com a Administração acerca do andamento dos serviços, quando necessário;

g) Registro das ocorrências relevantes para fins de fiscalização e controle contratual.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas e com qualidade compatível com o objeto contratado, promovendo sua substituição sempre que necessário;

5.4.2. Urnas funerárias de diferentes padrões, conforme especificações definidas pela Administração;

5.4.3. Materiais e insumos necessários à preparação e conservação do corpo, em conformidade com as normas sanitárias vigentes;

5.4.4. Veículos apropriados para traslado, devidamente regularizados, higienizados e em condições adequadas de uso.

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a) Trata-se de contratação de serviços funerários completos, prestados sob demanda, cuja quantidade de atendimentos não pode ser previamente definida, em razão da natureza imprevisível dos eventos que ensejam a concessão do benefício;

b) Os serviços serão demandados conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

c) A formação da proposta deverá considerar a execução integrada de todas as etapas do serviço, incluindo fornecimento de urnas, preparação do corpo, ornamentação, velório, quando aplicável, e traslado;

d) Os atendimentos poderão ocorrer em diferentes locais dentro do Município de Porto Real/RJ, devendo a contratada considerar os custos logísticos envolvidos;

e) Deverão ser considerados todos os custos diretos e indiretos, incluindo mão de obra, insumos, equipamentos, transporte, tributos, encargos sociais e demais despesas necessárias à execução do objeto;

f) Os quantitativos eventualmente indicados possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação mínima por parte da Administração;

g) A proposta deverá contemplar a capacidade operacional necessária ao atendimento das demandas, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. Especificação da garantia do serviço

5.6.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6.2. Considerando as características do objeto, que envolve a prestação de serviços sob demanda, com execução contínua por evento e sem possibilidade de aferição posterior de desempenho para fins de correção, não se mostra tecnicamente adequada a exigência de garantia contratual complementar.

5.6.3. Eventuais inconformidades na execução dos serviços deverão ser verificadas no momento de sua prestação, mediante fiscalização da Administração, sendo aplicáveis, quando cabíveis, as sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.6.4. A contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, observando integralmente as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e as normas sanitárias aplicáveis, respondendo por falhas, vícios ou irregularidades constatadas.

5.7. Uniformes

5.7.1. Não será exigido uniforme padronizado específico para a execução dos serviços.

5.7.2. A contratada deverá assegurar que seus profissionais se apresentem com vestimenta adequada à natureza dos serviços, observando padrões de higiene, sobriedade e respeito, compatíveis com a atividade desempenhada.

5.7.3. Os profissionais deverão estar devidamente identificados, por meio de crachá, identificação funcional ou outro meio idôneo que permita sua vinculação à empresa contratada, sempre que estiverem em atendimento às demandas da Administração.

5.7.4. A contratada deverá se atentar, quando aplicável, os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança e sanitárias vigentes, sem qualquer ônus para os empregados.

5.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento das condições de execução, ocasião em que serão apresentadas as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as diretrizes para execução do objeto, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, dentre outros aspectos pertinentes à gestão do contrato.

6.6. Preposto

6.6.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, considerando a natureza dos serviços, prestados sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, devendo, entretanto, assegurar a disponibilidade de preposto para atendimento tempestivo das solicitações da Administração.

6.6.3. O preposto deverá ser indicado com seus dados de contato atualizados, incluindo telefone e endereço eletrônico, devendo estar apto a responder prontamente às demandas da Administração, inclusive em situações que exijam atuação imediata.

6.6.4. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Rotinas de Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.7. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.8.7.1. Verificar, a cada acionamento, o atendimento tempestivo da solicitação realizada pela Administração, especialmente quanto aos prazos de remoção, preparação do corpo, disponibilização da urna funerária, organização do velório e realização do translado;

6.8.7.2. Conferir a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, incluindo a adequação da urna, materiais utilizados, condições de higienização, apresentação e respeito às normas sanitárias e de saúde pública vigentes;

6.8.7.3. Acompanhar a execução dos serviços de forma a assegurar o tratamento digno, respeitoso e adequado às famílias atendidas, observando a postura profissional da contratada e o cumprimento das diretrizes do SUAS;

6.8.7.4. Verificar a correta instrução dos processos de pagamento, mediante a conferência dos documentos comprobatórios da efetiva prestação dos serviços, tais como ordens de serviço, relatórios de atendimento, autorizações da Administração e demais registros pertinentes;

6.8.7.5. Avaliar, sempre que possível, a satisfação do usuário final quanto à prestação dos serviços, como subsídio à aferição da qualidade contratual;

6.8.7.6. Registrar eventuais falhas na execução dos serviços, como atrasos, inadequações ou descumprimento de obrigações contratuais, para fins de aplicação de sanções, quando cabíveis.

6.8.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

a) Verificar, previamente à liquidação da despesa, a conformidade dos documentos apresentados para pagamento, incluindo nota fiscal, relatório de atendimento, ordem de serviço e/ou autorização emitida pela Administração, de modo a comprovar a efetiva prestação dos serviços;

b) Conferir a correspondência entre os serviços executados e os valores cobrados, especialmente quanto aos itens efetivamente utilizados em cada atendimento, em razão da natureza sob demanda da contratação;

c) Acompanhar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada durante toda a execução contratual, mediante consulta aos sistemas oficiais e/ou solicitação de certidões atualizadas, quando necessário;

d) Controlar o saldo contratual e a utilização dos quantitativos estimados, de forma a subsidiar a necessidade de eventual reforço de empenho, prorrogação ou nova contratação;

e) Registrar e acompanhar a aplicação de eventuais glosas decorrentes de inexecução parcial, execução inadequada ou cobrança indevida de serviços não prestados;

f) Instruir os processos administrativos relacionados a alterações contratuais, reajustes, reequilíbrio econômico-financeiro e prorrogações, quando cabíveis, observada a legislação vigente;

g) Zelar pela adequada formalização dos atos administrativos relacionados à execução contratual, garantindo a rastreabilidade e a transparência dos procedimentos;

h) Manter controle dos atendimentos realizados no âmbito dos benefícios eventuais do SUAS, assegurando a vinculação de cada prestação de serviço à respectiva autorização da Secretaria competente.

6.10. Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, considerando a natureza dos serviços prestados sob demanda, mediante aferição dos serviços efetivamente executados e dos itens efetivamente fornecidos.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. a efetiva prestação dos serviços e o fornecimento dos itens contratados, conforme demanda da Administração;

7.3.2. a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência;

7.3.3. a apresentação de documentação comprobatória idônea da execução, conforme definido pela Administração;

7.3.4. a correspondência entre os serviços efetivamente prestados e os valores faturados;

7.3.5. a inexistência de irregularidades na execução contratual ou, quando existentes, a aplicação das devidas glosas.

7.4. O pagamento será realizado de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados e aos itens fornecidos, podendo ocorrer de forma periódica, conforme a consolidação das demandas atendidas, observadas as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.

7.5. Recebimento

7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. Para fins de recebimento provisório, será considerada como conclusão do objeto a finalização de cada atendimento funerário, compreendendo a execução dos serviços demandados, tais como fornecimento de urna, preparação do corpo, ornamentação, velório e traslado, quando aplicável.

7.5.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços relativos ao atendimento realizado.

7.5.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento cada atendimento efetivamente realizado, podendo a Administração admitir a consolidação periódica dos atendimentos para fins de cobrança.

7.5.8. Ao final de cada evento ou período de faturamento:

7.5.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise da qualidade da prestação dos serviços realizados, podendo resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um, com a entrega do último.

7.5.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

7.5.11. A fiscalização não efetuará o ateste da medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.5.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo encaminhá-lo ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas;

7.5.16. Realizar a análise dos relatórios e da documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.5.17. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados;

7.5.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.5.19. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor apurado.

7.5.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade, quantidade ou adequação dos serviços prestados, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação apresentada.

7.5.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela adequada execução do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. Liquidação

7.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.6.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.6.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.7. Prazo de pagamento

7.7.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.8. Forma de pagamento

7.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.8.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.9. Reajuste

7.9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/03/2026.

7.9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.10. Cessão de Crédito

7.10.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.10.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.10.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.10.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.10.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.10.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, quando o atraso tornar a prestação inútil ao interesse público, hipótese em que poderá ser promovida a extinção contratual, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes hipóteses de inexecução parcial que justificam penalidade específica:

8.2.4.6.1. atraso injustificado no atendimento inicial (remoção/preparação do corpo), considerando a natureza essencial e urgente do serviço;

8.2.4.6.2. falhas na execução dos serviços de preparação, conservação ou acondicionamento do corpo, em desacordo com normas sanitárias vigentes;

8.2.4.6.3. fornecimento de urna funerária, ornamentação ou demais itens em desconformidade com as especificações contratadas;

8.2.4.6.4. falhas na prestação dos serviços de traslado, incluindo atraso, inadequação do veículo ou descumprimento de rotas previamente definidas;

8.2.4.6.5. inadequações na estrutura ou organização do velório, quando sob responsabilidade da contratada;

8.2.4.6.6. descumprimento de obrigações acessórias que comprometam a dignidade, o respeito ou a qualidade mínima esperada na prestação do serviço.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

9.2. Regime de Execução

9.2.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, considerando que a contratação se dará sob demanda, com pagamentos vinculados aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, inclusive quanto aos itens de natureza contínua, cuja medição observará a unidade de tempo correspondente.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3.2. Habilitação jurídica

9.3.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.5.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.5.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, considerando tratar-se de contrato por escopo executado sob demanda, conforme parâmetros do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a capacidade econômica do licitante para o cumprimento das obrigações contratuais, sem restrição indevida à competitividade.

9.5.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos com base no último exercício social, conforme entendimento consolidado no PARECER n. 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU, considerando a natureza do objeto, o risco moderado da contratação e a ausência de complexidade econômico-financeira que justifique a análise de mais de um exercício.

9.5.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação, podendo substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos da legislação aplicável.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, considerando as especificidades dos serviços funerários a serem prestados sob demanda, inclusive quanto à logística de atendimento, prazos exíguos e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

9.6.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.3. Considerando a natureza do objeto, não será exigido registro ou inscrição da empresa em entidade profissional de classe, tendo em vista a inexistência de previsão legal que vincule a atividade de prestação de serviços funerários a conselho profissional específico, nos termos do art. 67, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, evitando-se restrição indevida à competitividade.

9.6.4. O licitante deverá apresentar declaração formal de que, caso seja vencedor do certame, compromete-se a disponibilizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, estabelecimento operacional localizado no Município de Porto Real/RJ, apto ao atendimento das famílias beneficiárias e à operacionalização dos serviços funerários contratados, bem como capela para realização de velórios também no Município de Porto Real/RJ, observadas as normas sanitárias, de acessibilidade, segurança e demais legislações aplicáveis.

9.7. Qualificação Técnico-Operacional

9.7.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.7.2.1. Contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços funerários ou serviços correlatos compatíveis com as características, natureza e complexidade do objeto desta contratação.

9.7.3. Serão admitidos, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados, ainda que de forma concomitante, considerando que essa situação se equipara, para fins de comprovação de capacidade, a uma única contratação.

9.7.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos pertinentes.

9.7.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.7.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.7.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Disposições gerais sobre habilitação

9.8.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Documentação complementar para cooperativas

9.9.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.9.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.9.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.9.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.9.2. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.9.3. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.9.4. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.9.4.1. ata de fundação;

9.9.4.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.9.4.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.9.4.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.9.4.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.9.4.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.9.4.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$590.600,20 (Quinhentos e noventa mil e seiscentos reais e vinte centavos), conforme custos apostos na tabela contida no item 1.1 acima e no Anexo I (Composição de Custos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação

Unidade Executora	Ficha	Funcional Programática	Despesa
03.010	178	08.244.56.2.068	3.3.90.39.00

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Real/RJ, 09 de Junho de 2026.

Reinaldo Ezequiel da Silva
Gerente de Gestão Administrativa
Mat. 10878

13. ANEXO I

13.1. Não se Aplica.

14. ANEXO II

14.1. Não se aplica.

15. ANEXO I - COMPOSIÇÃO DE CUSTO

15.1. Segue a Planilha de Composição de Custos em atendimento ao disposto no item 1.1.1 deste Termo de Referência, apresentando os valores unitários.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
	01	Ornamentação com Edredom modelo Tradicional, crisântemos em TNT biodegradável, com gotas de orvalho nas cores, amarela/branca/champanhe/salmon, velas com duração de 12 02 03 04 horas/véus rede branca/ bordados.	Serv.	R\$ 404,31	130	R\$ 52.560,30
	02	Locação de espaço físico adequado para realização de velório com a seguinte paramentação: cavalete, crucifixo, pedestal e banheiro.	Mês	R\$ 2.575,00	12	R\$ 30.900,00
	03	Serviço de traslado de urnas mortuárias.	Km	R\$ 5,22	20.000	R\$ 104.400,00
	04	Urnas mortuária Adulta com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento	Unid.	R\$ 1.683,00	90	R\$ 151.470,00

01		externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.				
	05	Urna mortuária Comprida especial com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 1.889,17	02	R\$ 3.778,34
	06	Urna mortuária Obesa especial com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 2.085,17	20	R\$ 41.703,40
	07	Urna mortuária Infantil de 80 cm a 1,60cm com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 1.224,49	04	R\$ 4.897,96
	08	Urna mortuária para Infantil a de até 80 cm com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 926,65	10	R\$ 9.266,50
	09	Urna mortuária para pessoas Obesa (acima de 120 kg) com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 3.504,00	02	R\$ 7.008,00
	10	Urna mortuária comprida Obesa com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	Unid.	R\$ 2.212,00	02	R\$ 4.424,00
	11	Procedimento de preparação por Tanatopraxia.	Unid.	R\$ 1.386,09	130	R\$ 180.191,70
VALOR TOTAL GLOBAL						R\$ 590.600,20

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REINALDO EZEQUIEL DA SILVA

gerente de gestão administrava

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL - RJ

Estudo Técnico Preliminar 24/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 1225/2026

2. Descrição da necessidade

A contratação de serviços funerários e transporte de cadáveres visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, garantindo o cumprimento dos Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prestadas para assegurar a dignidade e o respeito às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Sob a ótica jurídica, tais benefícios são fundamentais para a proteção de direitos individuais e coletivos, cabendo ao município, assegurar sua efetividade sempre que constatada a necessidade. Ao promover esses serviços, o poder público exerce seu papel de tutela social, garantindo a observância do princípio da dignidade da pessoa humana, especialmente em momentos de extrema fragilidade, como o falecimento de um familiar.

A necessidade da contratação fundamenta-se no interesse público de amparar cidadãos que em razão de sua condição socioeconômica, não dispõem de meios financeiros para arcar com os custos de serviços funerários e de transporte de corpos, configurando-se, assim, como medida indispensável, para assegurar a dignidade, o respeito e a inclusão social, em consonância com os preceitos constitucionais de proteção social.

O serviço funerário compreenderá, no mínimo, a preparação do corpo para velório, desembarço de documentação necessária, o fornecimento de urna mortuária e o transporte do cadáver.

Fornecimento de capela com capacidade para realizar os velórios conforme a necessidade, contendo acessibilidade (como a NBR 9050).

O serviço abrange o transporte desde o endereço de origem (local de falecimento) até o endereço de destino (local de entrega ou sepultamento). A preparação do corpo para o velório deverá incluir, obrigatoriamente:

- Limpeza e higienização completa do corpo e dos cabelos;
- Desinfecção do corpo com o objetivo de eliminar possíveis agentes patogênicos e preservar a saúde dos presentes no velório;
- Vestimenta do corpo;
- Realização de necromaquiagem, visando proporcionar aspecto digno e apresentável ao falecido;
- acomodação do corpo na urna mortuária;
- tamponamento do corpo, a fim de evitar o vazamento de secreções.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação.	Reinaldo Ezequiel da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para o problema indicado acima a ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente requisitos de execução e também de habilitação técnico, conforme segue:

Requisitos de execução:

- a. Estabelecimento apropriado para o atendimento e realização dos serviços, com sede obrigatória no município de Porto Real devendo possuir área para realização dos procedimentos de preparo do corpo.
- b. Veículos em bom estado para o transporte seguro e ágil de cadáveres,
- c. Produtos fúnebres de qualidade e a disposição sempre que necessário,

- d. Mão de obra capacitada e qualificada e em quantidade necessária, para o desempenho eficiente dos serviços prestados.
- e. Capacitação técnica para a preparação de cadáver.
- f. A contratada deverá dispor de um sistema de atendimento **24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana.**
- g. A empresa deve cumprir todas as normas ambientais e sanitárias relativas a prestação adequada e eficiente dos serviços.
- h. **Descrição da capela precisa conter as seguintes coisas:**
 - i. Banheiro Feminino
 - j. Banheiro Masculino
 - k. Todos os banheiros contém vasos sanitários
 - l. conter lavatório para mãos
- m. acessibilidade para pessoas com deficiência, rampa, corrimão e etc.
- n. O ambiente deve estar climatizado para o conforto dos ente queridos, amigos e familiares.

Para habilitação, entende-se necessários os seguintes documentos:

1. Licença Sanitária ou documento equivalente, caso a empresa seja dispensada do documento poderá a apresentar a dispensa de licença sanitária.
2. Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços similares ao objeto.
3. Declaração de que atende a todos os requisitos de execução.

A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Pretende-se adquirir os itens solicitados por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico,. Serviço funerário por meio da licitação ,na modalidade Pregão na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO** na Lei Federal nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

1. Auxílio Financeiro Direto ao Familiar (Benefício em Dinheiro)

Descrição: Concessão de valor em dinheiro à família para que esta contrate os serviços funerários por conta própria.

Vantagens

- Flexibilidade de escolha do serviço pela família.
- Agilidade na liberação dos recursos.

Desvantagens

Não garante preços negociados / tabelados.

Pode ser insuficiente para cobrir todos os custos.

Risco de uso indevido dos recursos para fins não relacionados ao funeral.

Exige controle rigoroso e prestação de contas.

Conclusão: Solução com limitações significativas e riscos administrativos.

2. Convênios com Empresas Funerárias sem Exclusividade

Descrição: A Prefeitura firma convênios com várias empresas funerárias para atendimento eventual, sem contrato exclusivo.

Vantagens

- Possibilidade de atendimento com mais de uma empresa.
- Competição entre prestadores de serviço.

Desvantagens

- Dificuldade de padronização de preços e serviços.
- Complicações administrativas na gestão de múltiplos convênios.
- Risco de atendimento desigual ou de falta de disponibilidade.

Conclusão: Alternativa viável, porém com complexidade de gestão e menor controle de qualidade.

3. Parcerias com Instituições Filantrópicas/Organizações da Sociedade Civil

Descrição: A Prefeitura realiza parcerias com instituições sem fins lucrativos que oferecem serviços funerários a famílias de baixa renda.

Vantagens

- Atendimento humanizado e voltado para público vulnerável.
- Possível redução de custos via trabalho voluntário ou subsídio.

Desvantagens

- Capacidade limitada de atendimento.
- Dependência da disponibilidade das instituições.
- Falta de amplitude para cobrir toda a demanda do município.

Conclusão: Complementa a política pública, mas não atende toda a demanda.

4. Serviço Público Próprio ou Serviço Municipalizado

Descrição: A Prefeitura mantém seu próprio serviço funerário ou administra um em parceria com o poder público local.

Vantagens

- Controle direto de qualidade, preços e padrões de atendimento.
- Atende diretamente as necessidades do município.

Desvantagens

- Altos custos de implantação e manutenção.
- Necessita de gestão especializada.
- Demanda tempo e investimentos estruturais.

Conclusão: Solução ideal em teoria, porém inviável em curto prazo para municípios sem estrutura.

5. Contratação de Serviço Especializado Funerário (Melhor Solução)

Descrição: Contratação de empresa funerária especializada, por meio de processo licitatório ou contratação direta, para prestação contínua de serviços funerários básicos e transporte de cadáveres aos munícipes de baixa renda.

Serviços Incluídos (mínimos)

Transporte do corpo até o local de velório / destino.

- Preparação do corpo (higienização, desinfecção, vestimenta, necromaquiagem).
- Fornecimento de urna funerária adequada.
- Desembaraço de documentação legal necessária.

Vantagens

- Preço negociado e tabela padronizada.
- Gestão contratual clara e fiscalização administrativa pela Prefeitura.
- • Atendimento contínuo e regular.
- Garantia de cumprimento de prazos e padrões de qualidade.
- Redução de riscos jurídicos e de desvios de finalidade.

Desvantagens

- Exige procedimento formal de contratação (licitação ou dispensa/justificativa).
- Demanda fiscalização e fiscalização mais estruturada.

Conclusão: Solução mais **eficiente, transparente e segura** para atender as necessidades de munícipes de baixa renda, assegurando dignidade e respeito às famílias em momento de luto.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7. Urna mortuária infantil, com dimensões de 80 cm a 1,60 m, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

8. Urna mortuária infantil, com dimensões de até 80 cm, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

09. Urna mortuária para pessoas obesas (acima de 120 kg), modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

10. Urna mortuária comprida para pessoas obesas, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem

visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

11. Procedimento de preparação do corpo por tanatopraxia, quando necessário, conforme normas sanitárias vigentes.

Adicionalmente, no caso de munícipe residente no Município de Porto Real que venha a falecer em outro município localizado em um raio de até 160km, a contratada será integralmente responsável pelo traslado do corpo até o Município de Porto Real, sem ônus adicional à Administração ou à família atendida.

Dessa forma, a solução proposta abrange de maneira integrada todas as etapas do ciclo de vida do objeto-

- atendimento emergencial, execução técnica, suporte às famílias, controle administrativo e encerramento dos serviços assegurando eficiência, segurança jurídica, padronização, economicidade e, sobretudo, o respeito à dignidade humana.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários e transporte de cadáveres, destinada ao atendimento de munícipes em situação de vulnerabilidade social, no âmbito dos Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assegurando a observância do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como a proteção social em momentos de extrema fragilidade. Considerando a urgência, a sensibilidade e a natureza ininterrupta dos serviços funerários, a solução adotada prioriza a capacidade de atendimento imediato, exigindo que a empresa contratada disponha de estrutura operacional apta a atender prontamente às demandas, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados, garantindo cobertura integral para situações emergenciais.

Buscou-se identificar fornecedor que reúna condições técnicas, operacionais e logísticas para a execução contínua dos serviços funerários e de transporte de cadáveres, dispondo de veículos apropriados e climatizados, equipamentos adequados e urnas funerárias compatíveis com diferentes perfis e necessidades, assegurando a integridade, o respeito e a conservação dos corpos durante todo o procedimento.

A solução contempla, ainda, a exigência de equipe devidamente capacitada, tanto nos aspectos técnicos quanto no atendimento humanizado às famílias enlutadas, apta a executar corretamente os procedimentos funerários, respeitando as normas sanitárias, éticas e legais aplicáveis.

No que se refere à execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens e procedimentos:

1. **Ornamentação funerária**, incluindo edredom modelo tradicional, crisântemos em TNT biodegradável com gotas de orvalho nas cores amarela, branca, champanhe ou salmão, velas com duração mínima de 12 (doze) horas, véus em rede branca e bordados;
2. **Disponibilização de espaço físico adequado no Município de Porto Real**, com o objetivo de evitar o deslocamento excessivo de familiares e conhecidos, para a realização de velório, devidamente equipado com cavalete, crucifixo, pedestal e banheiros, Fornecimento de capela com com a metragem capacidade para realizar os velórios conforme a necessidade, contendo acessibilidade (como a NBR 9050). tendo a metragem de 7,88 metros de comprimento e 2,05 metros de largura
3. **Serviço de traslado de urnas mortuárias**, conforme a necessidade apresentada;
4. **Urna mortuária adulta**, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;
5. **Urna mortuária especial comprida**, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;
6. Urna mortuária especial obesa, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;
7. Urna mortuária infantil, com dimensões de 80 cm a 1,60 m, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;
8. Urna mortuária infantil, com dimensões de até 80 cm, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

09. Urna mortuária para pessoas obesas (acima de 120 kg), modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

10. Urna mortuária comprida para pessoas obesas, modelo sextavado, confeccionada em madeira MDF, com alça dura, acabamento externo em verniz sem visor, acabamento interno em samilon branco e travesseiro;

11. Procedimento de preparação do corpo por tanatopraxia, quando necessário, conforme normas sanitárias vigentes.

Adicionalmente, no caso de munícipe residente no Município de Porto Real que venha a falecer em outro município localizado em um raio de até 160 km, a contratada será integralmente responsável pelo traslado do corpo até o Município de Porto Real, sem ônus adicional à Administração ou à família atendida.

Dessa forma, a solução proposta abrange de maneira integrada todas as etapas do ciclo de vida do objeto- atendimento emergencial, execução técnica, suporte às famílias, controle administrativo e encerramento dos serviços assegurando eficiência, segurança jurídica, padronização, economicidade e, sobretudo, o respeito à dignidade humana.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise da série histórica de concessão de auxílio-funeral realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação do Município de Porto Real/RJ, considerando os registros administrativos dos exercícios de 2021 a 2025, constantes da memória de cálculo utilizada na contratação anterior, bem como a necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos benefícios eventuais previstos na Política Nacional de Assistência Social e regulamentados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

7.2. A definição dos quantitativos observou os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da razoabilidade e da supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, considerando que a demanda por serviços funerários decorre de eventos imprevisíveis e incertos, impossibilitando a determinação exata dos quantitativos que serão efetivamente consumidos durante a vigência contratual.

7.3. Nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e do inciso V do art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 40/2020, a estimativa das quantidades foi fundamentada em fatos concretos e acompanhada da respectiva memória de cálculo, utilizando-se como principal parâmetro o histórico de utilização dos serviços funerários custeados pelo Município nos últimos cinco exercícios.

7.4. Memória de Cálculo dos Atendimentos Funerários

7.4.1. A série histórica de atendimentos funerários realizados por meio da concessão do benefício eventual de auxílio-funeral demonstra o seguinte comportamento:

Ano	Quantidade de Atendimentos
2021	149
2022	147
2023	155
2024	148
2025	129

7.4.2. Considerando o histórico de utilização dos benefícios funerários e o planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação para o próximo período contratual, a presente contratação foi dimensionada para atendimento estimado de até **130 atendimentos funerários anuais**, quantitativo considerado suficiente para atender às demandas ordinárias verificadas pelo Município.

7.5. Memória de Cálculo das Urnas Mortuárias

7.5.1. Para definição dos quantitativos das urnas funerárias, foram analisados os registros históricos de utilização por categoria, conforme demonstrado abaixo:

Tipo de Urna	2021	2022	2023	2024	2025
Urna Popular Adulto	141	130	133	125	109
Urna Popular Adulto G	5	13	9	15	17
Urna Infantil	3	4	13	8	3

Urna Popular Adulto Comprida	0	1	0	0	0412
Urna Popular Adulto XXG	0	0	4	0	0

7.5.2. A partir da análise dos dados históricos e considerando a necessidade de garantir o atendimento integral das demandas futuras, inclusive em situações excepcionais envolvendo pessoas obesas, pessoas com estatura acima da média ou crianças, foram estimados os seguintes quantitativos anuais:

Descrição	Quantidade Estimada
Urna mortuária adulta padrão	90
Urna mortuária especial obesa	20
Urna mortuária especial comprida	02
Urna mortuária infantil de 80 cm a 1,60 m	04
Urna mortuária infantil até 80 cm	10
Urna mortuária para pessoa obesa acima de 120 kg	02
Urna mortuária comprida para pessoa obesa	02
Total de Urnas	130

7.5.3. A distribuição dos quantitativos foi estabelecida pela área técnica considerando o perfil dos atendimentos realizados pelo Município, a necessidade de atendimento de diferentes faixas etárias e características físicas dos beneficiários, bem como a garantia de disponibilidade imediata dos itens necessários à execução do benefício eventual.

7.6. Memória de Cálculo dos Serviços Complementares

7.6.1. Ornamentação Funerária

7.6.1.1. A utilização histórica do serviço de ornamentação apresentou os seguintes quantitativos:

Ano	Quantidade Utilizada
2021	124
2022	128
2023	133
2024	134
2025	124

7.6.1.2. Considerando que a ornamentação compõe a prestação dos serviços funerários ofertados aos beneficiários do auxílio-funeral e que sua utilização ocorre na quase totalidade dos atendimentos realizados, estimou-se o quantitativo de **130 ornamentações anuais**, em consonância com o número de atendimentos projetados.

7.6.2. Procedimentos de Tanatopraxia

7.6.2.1. Os registros históricos apontam a seguinte utilização do serviço:

Ano	Quantidade Utilizada
2021	108
2022	80
2023	125
2024	115
2025	75

7.6.2.2. A necessidade do procedimento varia conforme as condições do corpo, tempo decorrido até o sepultamento, local de ocorrência do óbito e distância de traslado. Por essa razão, optou-se por estimar até **130 procedimentos anuais**, garantindo a plena cobertura das necessidades que eventualmente se apresentarem durante a execução contratual.

7.6.3. Serviço de Traslado

7.6.3.1. A quilometragem utilizada nos últimos exercícios foi a seguinte:

--

Ano	Quilometragem Utilizada	413
2021	11.150 km	
2022	7.811 km	
2023	11.076 km	
2024	13.117 km	
2025	8.663 km	

7.6.3.2. A Administração estimou quantitativo de **20.000 km anuais**, considerando a imprevisibilidade dos locais de ocorrência dos óbitos e a obrigação de garantir atendimento integral às famílias beneficiárias durante toda a vigência contratual.

7.6.4. Espaço para Velório

7.6.4.1. Considerando a necessidade de disponibilização contínua de local adequado para realização de velórios, dotado da infraestrutura mínima necessária para acolhimento das famílias beneficiárias do auxílio-funeral, estimou-se a contratação da disponibilização do espaço físico pelo período integral da vigência contratual, correspondente a:

Descrição	Quantidade
Disponibilização de espaço para velório	12 meses

7.7. Quantitativos Estimados para Contratação

7.7.1. Com base na memória de cálculo apresentada, os quantitativos estimados para a presente contratação são os seguintes:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
01	Ornamentação funerária	130	Unidade
02	Locação de espaço físico para velório	12	Mês
03	Serviço de traslado funerário	20.000	Km
04	Urna mortuária adulta padrão	90	Unidade
05	Urna mortuária especial comprida	02	Unidade
06	Urna mortuária especial obesa	20	Unidade
07	Urna mortuária infantil de 80 cm a 1,60 m	04	Unidade
08	Urna mortuária infantil até 80 cm	10	Unidade
09	Urna mortuária para pessoa obesa acima de 120 kg	02	Unidade
10	Urna mortuária comprida para pessoa obesa	02	Unidade
11	Procedimento de preparação por tanatopraxia	130	Unidade

7.7.2. Os quantitativos acima representam mera estimativa de consumo para fins de planejamento da contratação, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência contratual, observados os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 593.938,00

Item	Descriminação	Quant	Catserv
01	Prestação de Serviços Funerários Descrição conforme termo de referência.	1	4170
	PLANILHA DE QUANTITATIVO		
Item	Descrição	Quantidade	Unid
01	Ornamentação com Edredom modelo Tradicional, crisântemos em TNT biodegradável, com gotas de orvalho nas cores, amarela/branca/champanhe/ salmom, velas com duração de 12 02 03 04 horas/ véus rede branca/ bordados.	130	Ornamentação

02	Locação de espaço físico adequado para realização de velório com a seguinte paramentação: cavalete, crucifixo, pedestal e banheiro.	12	Mês
03	Serviço de traslado de urnas mortuárias;	20.000	Km
04	Urnas mortuária Adulta com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	90	Unidade
05	Urna mortuária Comprida especial com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	2	Unidade
06	Urna mortuária Obesa especial com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	20	Unidade
07	Urna mortuária Infantil de 80 cm a 1,60cm com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro	4	Unidade
08	Urna mortuária para Infantil a de até 80 cm com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	10	Unidade
09	Urna mortuária para peessoas Obesa (acima de 120 kg) com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro.	02	Unidade
10	Urna mortuária comprida Obesa com alça dura confeccionada com madeira MDF, modelo sextavado; acabamento externo: verniz sem visor, alça dura; acabamento interno: samilon branco e travesseiro	02	Unidade
11	Procedimento de preparação por Tanatopraxia.	130	Unidade

Com base no valor estimado da contratação de **R\$ 593.938,00 (Quinhentos e noventa e três mil e novecentos e trinta e oito reais)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta não comporta parcelamento, em razão da natureza integrada, contínua e emergencial dos serviços funerários, os quais demandam atuação imediata, coordenada e ininterrupta, sob pena de prejuízo à dignidade humana, à saúde pública e ao atendimento adequado às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os serviços funerários constituem um conjunto indissociável de atividades, que envolvem, simultaneamente, a remoção e o transporte do corpo, a preparação técnica, o fornecimento de urna mortuária adequada, a ornamentação, a disponibilização de espaço para velório e, quando necessário, procedimentos especializados como a tanatopraxia. O fracionamento dessas etapas entre diferentes prestadores comprometeria a eficiência, a padronização, a segurança sanitária e a responsabilidade técnica, além de gerar riscos operacionais e jurídicos à Administração. Ademais, a urgência inerente aos serviços funerários exige que o atendimento seja realizado de forma imediata e contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, o que inviabiliza a coordenação entre múltiplos fornecedores sem prejuízo aos prazos, à qualidade e à confiabilidade dos serviços prestados.

O parcelamento da contratação também resultaria em aumento da complexidade administrativa, com maior dificuldade de fiscalização, gestão contratual e apuração de responsabilidades em caso de falhas, contrariando os princípios da eficiência,

Dessa forma, considerando a indivisibilidade técnica e operacional dos serviços funerários, a necessidade de resposta imediata às demandas, a exigência de padronização dos procedimentos e a preservação da dignidade da pessoa humana, conclui-se que o parcelamento da solução é inviável, sendo mais adequada a contratação de fornecedor único e especializado, capaz de executar integralmente o objeto contratado, com qualidade, responsabilidade e continuidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para os fins do disposto na legislação vigente, declara-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência. A solução proposta é autônoma e suficiente em si mesma, não dependendo da execução simultânea ou prévia de outros contratos para a sua plena e adequada execução. Os serviços funerários e de transporte de cadáveres ora pretendidos não se vinculam a outros objetos contratuais, tampouco compartilham interdependência técnica, operacional ou financeira com contratações vigentes ou futuras no âmbito da Administração Municipal, podendo ser executados de forma independente, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Atualmente, o Município ainda não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído, encontrando-se em fase de estruturação administrativa para sua futura implementação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários e transporte de cadáveres proporciona benefícios sociais, administrativos e operacionais relevantes, especialmente no atendimento a munícipes em situação de vulnerabilidade social.

Do ponto de vista social, a contratação assegura a efetivação dos Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo o direito à dignidade da pessoa humana em um dos momentos mais sensíveis da vida das famílias, que é a perda de um ente querido. O apoio público evita que cidadãos em situação de baixa renda sejam submetidos a constrangimentos, riscos sanitários ou desassistência, promovendo respeito, acolhimento e inclusão social.

Sob o aspecto operacional, a contratação de fornecedor especializado possibilita atendimento imediato e ininterrupto, com disponibilidade 24 horas por dia, todos os dias da semana, assegurando resposta rápida às demandas emergenciais. A padronização dos

serviços, a utilização de equipamentos adequados, veículos climatizados e profissionais capacitados contribuem para a qualidade, segurança e regularidade da execução.

No âmbito administrativo, a contratação centralizada permite maior controle, fiscalização e previsibilidade de custos, reduzindo riscos de improvisação, falhas na prestação dos serviços e responsabilidades jurídicas para o Município. A definição prévia de preços unitários e quantitativos estimados favorece a economicidade, a transparência e o planejamento orçamentário.

Além disso, a solução contratual adotada reduz a complexidade administrativa, evita a fragmentação do serviço entre múltiplos prestadores e assegura a continuidade do atendimento, alinhando-se aos princípios da eficiência, legalidade, moralidade, publicidade e interesse público.

Dessa forma, a contratação proposta representa uma medida socialmente necessária, tecnicamente adequada e juridicamente segura, contribuindo para a melhoria da política pública de assistência social e para a proteção integral dos munícipes em situação de vulnerabilidade

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências adicionais a serem adotadas, uma vez que a solução proposta se encontra devidamente definida, sendo suficiente para atender à demanda identificada, não se vislumbrando, no momento, medidas complementares ou prévias necessárias à sua implementação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços funerários e transporte de cadáveres pode gerar impactos ambientais de baixa a moderada relevância, os quais são pontuais, controláveis e mitigáveis, destacando-se:

- **Geração de resíduos sólidos**, decorrentes do uso de urnas mortuárias, materiais de ornamentação, EPIs, tecidos, flores artificiais e descartáveis utilizados na preparação do corpo e no velório;
- **Emissões atmosféricas indiretas**, resultantes do uso de veículos para remoção e transporte dos corpos, em razão do consumo de combustíveis fósseis;
- **Consumo de materiais** como madeira (MDF), tecidos e insumos químicos utilizados nos procedimentos funerários, incluindo a tanatopraxia; Uso de produtos químicos na preparação e conservação dos corpos, que exigem manejo adequado para evitar contaminação do solo, da água e riscos à saúde pública;
- **Impactos ambientais indiretos** associados ao descarte inadequado de resíduos funerários, caso não sejam observadas as normas ambientais e sanitárias vigentes.

Ressalta-se que tais impactos podem ser significativamente reduzidos mediante a adoção de boas práticas ambientais, tais como: uso de materiais biodegradáveis sempre que possível, destinação ambientalmente adequada dos resíduos, manutenção regular dos veículos, racionalização de rotas de transporte e cumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são limitados e controláveis, não configurando impedimento à execução do objeto, desde que observadas as medidas de mitigação cabíveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A justificativa para serviços funerários, especialmente em órgão públicos, foca na necessidade social de garantir dignidade e amparo a famílias vulneráveis, cumprindo o benefício eventual de assistência funeral previsto em lei, cobrindo despesas básicas como urna, velório e supultamento, atendendo a demanda imprevisível e evitando custos abusivos, com base em legislação de assistência de assistência social e princípios de humanização. para o cidadão, a justificativa envolve prevenção tranquilidade e economia, planejando antecipadamente para evitar gastos emergências.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REINALDO EZEQUIEL DA SILVA

Gerente de Gestão Administrativa

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL

Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O **MUNICÍPIO DE PORTO REAL**, com sede administrativa no **Palácio 5 de Novembro à Rua Hilário Ettore, nº 442, Centro, Porto Real, RJ, CEP 27570-000**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.612.355/0001-02** através da , neste ato representada pelo(a) Senhor(a) ... (nome), ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (*cargo*), portador(a) do documento de identidade de nº ..., e inscrito no CPF sob o nº ..., com domicílio à ... (*endereço completo com CEP*), doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico/Concorrência n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. *O Edital da Licitação;*

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*

2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXX;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 13.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
- 13.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*
- 13.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em *Porto Real/RJ*, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-